

Civilizações Perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África

Johnni Langer

Doutor em História, Professor da UNICS, PR.

e-mail: johnnilanger@yahoo.com.br

Poucas coisas são tão estimulantes à imaginação como a descoberta dos remanescentes de uma cidade desaparecida ou de uma civilização perdida. Anne Terry White, *Arqueologia*, 1959.

A História, na sua forma tradicional, dedicava-se a memorizar os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem. Michel Foucault, *Arqueologia do saber*, 1969.

Resumo

Analisa o imaginário arqueológico sobre a África a partir de fontes como a literatura e os relatórios de viagem, tendo como eixo norteador da discussão a idéia de civilizações perdidas no continente negro.

Palavras-chave

África, arqueologia, imaginário

O continente africano sempre foi um dos locais favoritos do imaginário ocidental manifestar diversos simbolismos e fantasias. Um dos mais persistentes estereótipos vinculados ao território da África seria que suas terras sempre desenvolveram culturas nativas selvagens e perigosas – os famosos pigmeus, canibais e gigantes negróides – ou etnias primitivas, quase semelhantes ao tipo de vida que nossos antepassados mais remotos levavam. Sem escrita, sem estado organizado e centralizado, e muito mais importante – sem cidades, templos e construções de pedra. Portanto, prescindindo de civilizações aos moldes ocidentais. Apesar de não muito conhecidas, existem grandes estruturas arquitetônicas no continente (além das egípcias), como as de Axum (Etiópia), Napata e Meroé (Sudão), Tumbuctu e Jenne (Máli), Grande Zimbabwe, Cami e Naletale (Zimbabwe).

Aqui percebemos uma nítida oposição entre uma África onde situa-se uma das mais famosas (talvez até a mais popular) civilização de todos os tempos, o Egito, e as regiões restantes do continente, compreendendo os desertos (Saara e Kalahari), as latitudes equatoriais (Senegal a Angola), as das florestas (bacia do Zaire) e o sul. Deste modo, o Egito identificado aos faraós e as civilizações mediterrâneo-orientais não teria nenhum vínculo com o “Continente Negro”, sendo eminentemente uma cultura branca para o imaginário ocidental (Morin, 1992).

Nosso principal propósito neste trabalho é tentar identificar alguns elementos formadores deste

imaginário, a saber, de que a África negra não foi criadora de civilizações ou de culturas que deixaram vestígios materiais de grandes proporções, e que todos os resquícios arqueológicos de grandes dimensões encontrados especialmente na África sub-saariana teriam sido formados por povos vindos do Mediterrâneo, Oriente ou Europa. Tendo como principais fontes crônicas de viajantes e literatura produzida de meados da segunda metade do Oitocentos até início do século XX. Nos interessa primordialmente entender a relação entre as narrativas de viagem em convergência com a ficção, originado o imaginário sobre a História e a Arqueologia da África, servindo como elementos de engajamento para público leitor do euroimperialismo. Mas não apenas identificar o processo de origem, mas de disseminação e permanência deste imaginário até nossos dias.

Nossa principal metodologia são as teorizações de Bronislaw Baczko, que define o imaginário como as representações e imagens da vida social que denotam identidade, normas e valores para as comunidades. O imaginário social é um eficiente meio de propagação dos poderes políticos e instrumentos ideológicos, legitimando ações, instituições e autoridades (Baczko, 1984: 309-310). O grande recorte temporal de nosso tema de pesquisa explica-se pela adoção da concepção de imaginário como sendo uma estrutura de longa duração, que apesar de mutável quanto a forma aparente, possui uma base comum quase inalterável até nossos dias:

(...) os imaginários nascem, vivem e morrem através de seus contatos e contrastes com outros do mesmo espaço cultural. Esse choque construtivo resulta de um processo muito mais amplo, que exige a exteriorização do material psicológico profundo (Franco Jr., 2003: 106).¹

Como complemento teórico, também adotamos as análises sobre literatura euroimperialista realizada pelos historiadores Mary Louise Pratt (*Os olhos do império*) e Edward Said (*Cultura e imperialismo*). É a partir da leitura deste autores que identificamos nossas principais problemáticas: como o imaginário legitimou as aspirações de expansão econômica e política dos impérios europeus? De que forma o olhar ocidental construiu um referencial de história africana, tendo como modelo sua própria civilização?

A origem do imaginário geográfico e arqueológico sobre a África

Para a cultura ocidental, a África banhada pelo Mediterrâneo sempre constituiu o local onde floresceram civilizações “sofisticadas”, como a egípcia, a cartaginesa e algumas colônias gregas. Para dentro do continente, só esperava-se o encontro do incógnito e de perigos inimagináveis. Um famoso relato da Antiguidade, o *Périplo de Hanão* (séc. V a.C.), por exemplo, descrevia uma viagem feita da cidade de Cartago para além das colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar) até o Golfo da Guiné. Entre os diversos perigos que enfrentaram os marinheiros, destaca-se o encontro de selvagens vestidos em roupas de pele (próximo ao rio Senegal) e seres humanos peludos – que denominaram de gorilas – próximo ao monte Camarões. Esse relato tornou-se famoso até a Idade Média, perpetuando a imagem das regiões africanas como sendo repletas de perigosos animais

exóticos, montanhas de fogo e humanos temíveis (Carpenter, 1980: 12-19).

No final da Idade Média, popularizaram-se pelas cortes europeias grande quantidade de representações cartográficas do mundo então conhecido. Como em grande parte a África ainda era desconhecida, o imaginário tratou de povoar seu interior com personagens advindos de fábulas antigas ou da Bíblia. Uma das tradições mais populares, renovada pelos exploradores medievais, foi a rainha de Sabá. O famoso viajante Sir John Mandeville, em seu livro *Viagens*, 1357, descrevia Sabá ou Meroa como uma rica e maravilhosa cidade da Etiópia. Além de jóias e ouro, Mandeville coloriu a representação do local como sendo rica em propriedades mágicas. As pessoas da região nasceriam amarelas e, com o tempo, mudariam para negras (Manguel & Guadalupi, 1987: 338).ⁱⁱ Um óbvio referencial de transladar para o desconhecido elementos familiares: facilita a identificação, e principalmente, o controle sobre o espaço geográfico estrangeiro. Para a mentalidade medieval, os locais e regiões de maravilhas eram muito comuns. Abundam livros e descrições envolvendo cidades imaginárias e habitantes do mesmo modo irrealis e fascinantes (Le Goff, 2002: 116). Assim, identificar temas bíblicos na África poderia ampliar as fronteiras conhecidas, permitindo o controle da realidade visível. Isso explica a representação de Sabá em mapas portugueses a partir do século XIV. Um exemplo é o *Atlas Catalão dos Cresques*, 1375, onde a corte da rainha ocupa praticamente *todo o norte* da África, repleta ou de tendas ou de palácios acima de montanhas (Aguilar, 1967: 105).

Esse passa a ser o binômio típico de representação sobre o continente negro na Idade Moderna, seja na cartografia ou nos relatos geográficos e históricos: ou ele é povoado por humanos selvagens, ou possui algum reino perdido de governantes brancos. O caso mais famoso deste segundo modelo, é sem dúvida o reino de Preste João. Originalmente situado no Oriente, com o passar do tempo este reino imaginário foi buscado em território africano, especialmente a região entre a Etiópia e o Congo.ⁱⁱⁱ No século XV, Henrique, o navegador, instruiu seus capitães para que encontrassem o rei-sacerdote em suas viagens pelo continente. No ano de 1497, em Moçambique, Vasco da Gama noticiou rumores de cidades do reino nesta região: “disseram-nos que Prestes João morava perto deste lugar e possuía ao longo da costa muitas cidades, cujos habitantes eram grandes mercadores e proprietários de enormes navios” (Apud: Hicks, 1993: 66). O século seguinte cristalizou-o como uma realidade geográfica, mencionada em muitos mapas. Um dos mais representativos é o belo *Atlas de Diogo Homem*, 1558, elaborado com grande riqueza cromática para a rainha Maria Tudor.^{iv} Nele, o sacerdote é representado com grande tamanho (comparado com a proporção em relação ao continente), acima de um portentoso trono, manto, coroa e cetro de ouro em forma de cruz,^v acenando em direção a algumas tendas em sua frente (e com o olhar para o Oriente). Abaixo e lateralmente ao trono, numa estilização alegórica típica do período, montanhas cercam o sacerdote. Denotando que seu poder está acima de tudo, e que ele pode observar e governar a tudo (o litoral, o interior).^{vi} Atrás do trono, em tamanho mais pequeno, surge um castelo de cor branca e com muitas torres. O sentido geral que podemos perceber nesta maravilhosa junção entre técnica e arte, é a exaltação do poder paradisíaco de um soberano branco e cristão em meio às terras selvagens e

ainda desconhecidas, o “mundo ideal de todos” (Franco Jr., 1996: 105). Nada mais tranquilizador para um navegador, político ou aventureiro do que perceber este elemento familiar no incógnito. Ao mesmo tempo em que proporcionava um elemento legitimador para as conquistas geográficas.

Isso pode ser vislumbrado em outra localidade fantástica associada a África e do mesmo modo popularizada por portugueses. O reino de Ofir, mencionado na Bíblia, tanto podia ser uma localidade de grandes riquezas quanto um local paradisíaco. Era a região onde Salomão obtinha ouro, prata e animais para sua corte:

Hiram enviou-lhe navios pilotados por seus súditos e marinheiros que conheciam o mar, junto com os servos de Salomão. Foram a Ofir e de lá trouxeram quatrocentos e vinte talentos de ouro, que entregaram ao rei Salomão (...) a frota de Hiram, que trouxe ouro de Ofir, trouxe também madeira de sândalo em grande quantidade e pedras preciosas (Bíblia, 2002: 484, 485).

Como não podia deixar de ser, a atração pelas riquezas sempre foi algo marcante para o imaginário ocidental. Logo, Ofir foi muito buscada pelos exploradores, tanto no Oriente Médio quanto na África. Nesta última região, a partir do século XV, as expedições portuguesas pelo litoral sul e sudeste, trataram de divulgar informações sobre misteriosas ruínas do interior, advindas de comerciantes árabes e traficantes de escravos. Damião de Góis em 1501 declarou que na região próxima a Moçambique “encontra-se uma fortaleza construída com grandes e pesadas pedras; é um monumento estranho e maciço, cujo interior e exterior apresentam o mesmo aspecto” (Apud: Touchard, 1978: 317). Com certeza, tratavam-se das ruínas de Zimbábue, antigo centro político do reino de *Monomotapa*,^{vii} cujas primeiras informações os europeus agora estavam conhecendo, mas filtradas dentro de referenciais imaginários.^{viii} Em 1552, o historiador português João de Barros publicou o primeiro volume de *Décadas da Ásia*, no qual relatava o que comerciantes árabes haviam lhe dito sobre uma grande construção de pedra no leste africano:

No meio do qual está uma fortaleza quadrada toda de cantaria de dentro e de fora muito bem laurada, de pedras de maravilhosa grandesa bem aparecer cal nas juntas dela: cuja parede é de mais de 25 palmos de largura, e a uma altura não é tão grande em respeito de largura. E sobre a porta do qual edifício está um letreiro que alguns mouros mercadores que ali forão ter homens doutos não souberam ler nem dizer que letras eram: e qual em torno deste edifício em alguns outeiros estão outros a maneira dele no lauramento de pedraria e tem cal, em que há uma outra torre de mais de 12 braças. A todos estes edifícios os da terra chamam Symbáoé, que acerca deles quer dizer corte, porque a todo lugar onde está Benomotápa chamão ali (Barros, s.d.: 374-375).

Sobre a porta da fortaleza haveria uma inscrição que nem os árabes nem os africanos foram capazes de decifrar, o que levou Barros a acreditar que a construção não tivesse origem africana mas fosse uma das cidades da rainha de Sabá, seguindo outras narrativas portuguesas da mesma época que identificavam o local como sendo Ofir (Hicks, 1993: 67; Tyson, 2005). Como a moderna pesquisa arqueológica nunca encontrou vestígios de escrita entre os Shona ou na região da África meridional, com certeza a descrição de Barros foi imaginária.^{ix} Aqui percebemos um importante elemento da *imagem ruinística*^x – a inclusão de inscrições na entrada de uma cidade, real ou fantástica.^{xi} A

existência da representação do pensamento em algum tipo de caractere convencional sempre foi um delimitador de águas na demarcação entre a civilização e a barbárie, entre culturas ditas primitivas e as “superiores”. Para o referencial ocidental, povos grandiosos edificam construções monumentais, elaboram escrita, possuem Estado centralizado e em alguns casos, seguem o cristianismo. Esse modelo os portugueses encontraram na Ásia, mas era inconcebível aplicá-lo na África negra.

Com a óbvia intenção de retirar dos indígenas locais a autoria das imponentes ruínas mencionadas pelos árabes, João de Barros perpetuou uma representação imaginária de origem bíblica, permitindo a continuidade do projeto colonizador lusitano. Vários autores continuaram a identificar o mítico local na África Austral, como o bispo de Avranches, Piere Daniel Huet, em seu *Commentaires sur lês navigations de Salomon*, 1698, que inclusive cita a região de Sofala como sendo Ofir. Uma idéia também seguida pelo geógrafo setecentista d’Anville em vários mapas e em seu livro *Lês flotes de Salomon*. A associação entre essa região da África e as enigmáticas minas de ouro ainda iria perdurar durante muito tempo entre os intelectuais europeus, a exemplo do famoso Quatremère e seu artigo *Memóire sur lê pays d’Ophir* (Publicado na revista de *Academie dês Incriptions*, 1842). Essa tendência deve-se quase que exclusivamente às primeiras informações obtidas pelos lusitanos no século XVI, mas também as suas colônias do Baixo Zambeze até o XVIII, formando um triângulo de possíveis localizações da localidade imaginária.^{xii}

Mas a cartografia setecentista faz poucas menções objetivas a Ofir, Salomão ou Sabá – este é um período de transição nas representações cartográficas, onde o racionalismo ocidental inicia um processo de desconstrução dos antigos mitos geográficos, o que não impede que estes sobrevivam em outras formas de representação. Tradicionais referências como as cidades fantásticas de Eldorado, Paititi (América do Sul), Prestes João, Éden (África) desaparecem dos mapas europeus, enquanto novos estereótipos são criados por meio do colonialismo. Um exemplo é o *Mapa de John Senex*, 1720. Toda a região que envolve o Lago Kariba até o monte Binga é denominada neste mapa de “Estates of Monomotapa”, inclusive, com a localização das ruínas de Zimbabwe, descritas com a legenda “Royal city”.^{xiii} Com certeza, Senex baseou sua representação em informações lusitanas, mas que não surtiram expedições ou crédito nos empreendimentos exploratórios e colonialistas a partir do século XIX. Mas com certeza contribuíram para a perpetuação de velhas imagens sobre a África. Desde a fundação da colônia do Cabo em 1652^{xiv}, os europeus tinham uma base importante para as explorações da África Meridional e chegaram a ter interesse pela busca das minas de ouro de Monomotapa, mas até o início do século XIX não houve nenhuma descoberta significativa ou registro em narrativas de viagem sobre o assunto (Pratt, 1999: 83).

O imaginário sobre cidades perdidas africanas no Oitocentos

Nosso tema volta a aparecer no imaginário ocidental somente em meados da segunda metade do Oitocentos. Disputada por várias nações européias, o continente vinha sendo explorado continuamente em várias instâncias, especialmente as regiões interioranas abaixo do Equador. A

Inglaterra favorecia estas expedições de geógrafos, geólogos, cartógrafos, antropólogos e simples viajantes, que tanto forneciam preciosas informações para futuras explorações econômicas como legitimavam a conquista do espaço selvagem.

As primeiras descobertas arqueológicas e a consolidação do imaginário

Apesar de conhecidas há muito tempo por europeus que viviam próximo a região, as ruínas de Zimbabwe só foram popularizadas em meados da segunda metade do Oitocentos. Em 1868, um missionário alemão chamado Alexander Merensky, visitou o sítio e posteriormente relatou suas impressões para o geólogo Karl Gottlieb Mauch, que também morava no Transvall. Com ajuda de um caçador de marfim chamado Adam Renders, Mauch conseguiu visitar as ruínas em 1871, publicando depois sua descoberta no livro *Reisen in inner von Südafrika*, 1874. Além da primeira reprodução de plantas e detalhes técnicos dos monumentos, o geólogo alemão teorizou que atividades religiosas poderiam ter sido efetuadas em torno das construções. Mas a grande polêmica em seu livro é a respeito das origens de Zimbabwe, mais uma vez creditadas como as míticas minas de ouro de Sabá ou Ofir:

Finalmente eu vi a uma pequena distância, uma construção aparentemente redonda, era construída com placas de granito sem união de cimento, a parede exterior tem um diâmetro de uns 146 metros, os nativos locais chamam as ruínas de Zimbabwe^{xv} (...) A região era desabitada antes dessa época. Tudo servia para convencer-nos que um povo branco vivia nesta região (...) Tirei umas lascas da viga principal. Comparando com a madeira do meu lápis, vi que era de cedro e que só poderia vir de Tenabalon. Ainda mais, somente os fenícios poderiam trazê-la para cá. Salomão usou muito cedro na construção de seus palácios e que essas ruínas são uma imitação das construções de Salomão em Jerusalém. E a grande mulher que as construiu só poderia ser a rainha de Sabá (...) não acho que eu esteja muito errado ao supor que a ruína no alto da colina seja uma cópia do templo de Salomão e que a construção da planície seja uma cópia do lugar onde a rainha de Sabá morou durante sua visita a Salomão (Apud: Morin, 1992a; Bahn, 1996: 176).

Imerso no processo colonizador ocidental, este explorador (e muitos outros futuramente) não poderia conceber que os “primitivos” africanos teriam edificado tais maravilhas arquitetônicas. O mito fenício juntamente com a imagem da rainha de Sabá e Ofir, com isso, possuíam uma utilização claramente geográfica, pois concedia legitimidade para os europeus explorarem as mais diversas riquezas naturais ou humanas do continente negro. Aproximou os ocidentais de um passado também vinculado ao Mediterrâneo, origem da civilização moderna. Os colonos brancos viam a popularização destas teorias com bons olhos, pois justificavam sua presença na região (Morin, 1992a.). As concepções de Mauch foram ainda mais divulgadas com o livro *Map of the gold fields of south eastern Africa*, 1873, do explorador e pintor Thomas Baines e com o romance *The ruined cities of Zululand*, 1896, de H.M. Walmsley.

A feniciologia e o imaginário arqueológico dos anos 1860-1870

Tanto as teorias de Karl Mauch quanto de outros exploradores desta época, na realidade, estão inseridos em um contexto muito maior, que envolveu os intelectuais europeus em suas

representações sobre a África e a América: o surto feniciológico da década de 1860-1870. De um lado, pesquisas arqueológicas e epigráficas do Oriente Médio trataram de divulgar descobertas envolvendo a civilização dos Fenícios, enquanto na mesma época, publicavam-se supostos vestígios da presença fenícia pela África e América - estas últimas sem nenhuma consistência científica (dentro dos referenciais contemporâneos), mas que encontraram grande popularidade mundial.

As pesquisas no Oriente Médio também muitas novidades para o conhecimento dos povos semitas. O célebre pesquisador Ernest Renan publicou nesta época *Trois inscriptions phénicieees*, 1864, *Mission en Phénicie*, 1865-74, *Nouvelles observations d'épigraphie hébraïque*, 1867, renovando os estudos filológicos orientais, destacando principalmente o estudo da escrita antiga (os fenícios foram os inventores do alfabeto). Além de outras publicações importantes, como *Siegel und Gemmen*, 1869 de Levy, também foi descoberta a popular Estela de Mésa em 1868, pelo missionário Klein, a mais antiga inscrição fenícia até meados do Novecentos. Foi divulgada com a obra *La Stèle de Mésa*, 1870, de Clermont-Ganneau, e em diversas revistas francesas. Portanto, nos meios acadêmicos a feniciologia era muito mais que um importante referencial de estudos sobre o Oriente, era um modismo intelectual que acabou por criar fraudes e mitos em todo o mundo.

Em 1869, nos Estados Unidos, foi descoberta uma estátua gigantesca, quando buscava-se petróleo. Denominada de *Onondaga*, foi logo. Alguns anos depois, foi logo considerada como sendo de origem fenícia. Posteriormente, foi descoberto seu autor verdadeiro, o escultor M. Morton.^{xvi} Também em um montículo indígena, no vale de Newark (Ohio) em 1867, foram encontradas 3 placas de pedra com letras hebraicas, hoje considerada uma fraude. Todos esses casos tiveram estudos e desenhos publicados no primeiro Congresso Internacional dos Americanistas, em Paris, 1875. A obsessão pelo encontro de vestígios fenícios justificava a utilização de qualquer meio. Mas o recurso mais fácil era simplesmente publicar algum estudo aventando a descoberta de regiões remotas e exóticas para os intrépidos marinheiros da Antiguidade.

Também na França, em 1868, foi publicado um livro que se tornaria muito famoso: *Voyages des flottes de Salomon et d' Hiram en Amérique*, de Henrique Onffoy de Thoron (também publicado num importante periódico de geografia italiano, *Il Globo*, em 1869). Baseado principalmente em textos clássicos, na Bíblia e em autores setecentistas, Thoron procurou demonstrar que a região do rio Amazonas (BR), conheceu importantes rotas de navegação da antiguidade. O mito permanecia indiferente às novas transformações científicas e políticas. A imagem dos antigos navegadores adaptava-se perfeitamente com os recentes achados arqueológicos, como o de Karl Mauch em Zimbábue, em 1871. Por isso não podemos considerar uma simples coincidência, que apenas um ano depois, em 1872, a mais famosa polêmica sobre inscrições fenícias do Oitocentos tenha sido desenrolada em terras brasileiras.^{xvii} Para o imaginário ocidental, tanto a América quanto a África eram locais exóticos, selvagens, passíveis de serem receptáculos dos mesmos simbolismos, ao mesmo tempo que constituíam espaços privilegiados do euroimperialismo:

No final do século XVIII, a América do Sul e a África, há muito ligadas tanto entre si como à Europa pelo comércio, tornaram-se cenários paralelos das novas iniciativas expansionistas européias, originadas precisamente do novo impulso para a exploração do interior (Pratt, 1999: 35).

Literatura e euroimperialismo: os romances de Rider Haggard na década de 1880 e 1890

Influenciado pelas recentes descobertas de Karl Mauch e pelo livro de Thomas Baines, o escritor britânico Henry Rider Haggard criou vários romances envolvendo a África, que não somente tornaram-se muito populares, como incentivadoras do próprio imaginário de civilizações brancas perdidas no continente negro. Em 1875, com 21 anos, trabalhou como secretário do governador de Natal, África do sul, onde permaneceu até 1880. Neste período, conheceu o interior da região, além de ter contato com os nativos Zulu. Segundo ..., teria visitado as ruínas do Grande Zimbabwe. A obra de Haggard é extensa e repleta de aventuras fantásticas, onde nos interessa particularmente quatro romances, escritos entre 1885 a 1900.

O primeiro romance é *As minas do rei Salomão*, 1885,^{xviii} o livro mais famoso do escritor, várias vezes filmado e tema de quadrinhos e obras artísticas.

A narrativa, basicamente, refere-se a aristocratas ingleses que buscam um parente perdido, auxiliados pelo caçador Allan Quatermain e um nativo chamado Umbopa. Estes partem em busca das míticas minas de ouro do rei Salomão, cujo trajeto é fornecido por um antigo mapa, feito no século XVI por um português chamado D. José Silveira. Aqui evidentemente Haggard utilizou-se da tradição lusitana na África Austral e seus conhecimentos sobre o reino de Monomotapa. Também foi influenciado pelo modelo narrativo típico de narrativas fantásticas oitocentistas, onde os aventureiros seguem uma rota baseada em um explorador desaparecido que os antecedeu (a exemplo de Júlio Verne em seu *Viagem ao centro da Terra*, 1864). Outra técnica foi a de separar Ofir das minas de Salomão, como se fossem duas regiões distintas, já antevendo outros romances futuros. Um caçador chamado Evans relata para Quatermain sua visita à cidade de Ofir na África Austral:

E contou-me então que no interior, muito no interior, descobrira ele uma cidade antiquíssima, toda em ruínas, que tinha a certeza de ser Ofir, a famosa Ofir da Bíblia. Lembro-me bem a impressão e o assombro com que eu escutei a história dessa cidade fenícia perdida no sertão da África, com os seus restos de palácios, de piscinas, de templos, de colunas derrocadas!... (Haggard, s.d.: 24)

Em outra região, habitada pelos Zulu, seus guardiães centenários, existiria as minas de Salomão, chamada de “as minas de pedras brancas que reluzem”. Seguindo o mapa do português, os aventureiros encontram uma estrada milenar no topo de uma montanha, seguido de um aqueduto, arcos, túneis abandonados, relevos e esculturas de cenas de batalha. Os narradores logo associam estas descobertas com a arte egípcia, o grande referencial civilizatório para o imaginário ocidental – pertencente ao modelo cultural do Mediterrâneo, sinônimo de mistério, fascinação e temor, uma ótima combinação para o leitor europeu de fins do século XIX. Seguindo a narrativa, os protagonistas adentram uma galeria subterrânea, também repleta de maravilhas arquitetônicas, desta vez comparadas à Grécia antiga, outro marco para o referencial histórico de sofisticação para o público-

leitor.

Em nenhum momento os nativos africanos são relacionados aos vestígios arqueológicos encontrados. São meros personagens de um cenário coadjuvante, secundário, subalterno, que perfaz todo o romance. A África é o continente da aventura – dentro dos parâmetros artísticos inaugurados com a era colonialista – sendo seus animais selvagens, intempéries (desertos, tempestades, florestas, etc) e nativos, os perigos que o homem branco deve enfrentar em sua jornada para atingir a glória. Seja ela a descoberta de algum acidente geográfico, enigma arqueológico ou simplesmente a riqueza material, os nativos figuram no máximo como auxiliares não muito capacitados e quase sempre de caráter exótico.

O desfecho do romance é o encontro das minas do rei, constituída por várias arcas de jóias e diamantes. Constituindo um dos protótipos mais famosos do caçador de tesouros, típico do século XIX e no posterior, mesclando-se no imaginário com a representação do arqueólogo.^{xix} Aqui evidentemente Haggard inspirou-se nas próprias ruínas de Zimbábwe, devassadas pelos aventureiros ingleses em busca de riquezas. Outro modelo literário, também inspirado em escritores anteriores, foi utilizar a idéia de uma cidade perdida ainda habitada, realizada com o posterior romance *She*, 1887.^{xx}

Neste livro o escritor britânico afasta-se de uma simples narrativa de aventuras, constituindo um dos exemplos de romances arqueológicos do Oitocentos. Com maior densidade, caracterização de personagens e maior maturidade literária, *She* pode ser considerada a obra prima do escritor.

Logo no seu início, Haggard utiliza uma tradicional técnica na literatura fantástica, a de abrir o romance afirmando que se trata de uma narrativa verdadeira, seguindo os modelos de Bram Stoker, Edgar Allan Poe, Howard Lovecraft, entre outros. O protagonista principal, Louis-Horace Holly, recebe o pedido de guardar documentos para o filho de um amigo, quando este completasse a maioridade. Quando este momento finalmente se sucede, o manuscrito é aberto e revela uma antiga fábula sobre um reino perdido na África, governado por uma misteriosa mulher, fornecendo (do mesmo modo que o mapa português nas *Minas*) uma indicação objetiva da sua localização. Seguindo a mesma técnica de seus romances anteriores, Haggard cria uma atmosfera inicial de mistério, onde a História surge como iluminadora e guia para o desenrolar da trama. Mas aqui percebemos uma maior sofisticação deste preâmbulo: junto ao manuscrito, foram anexados um camafeu de marfim, no qual percebiam-se certos hieróglifos (reproduzidos em ilustração no livro), juntamente com as versões do manuscrito em grego, latim medieval, anglo-saxão e gótico (todas também transcritas no romance).

Com o intuito de esclarecer o enigma, forma-se uma expedição para a África Meridional. Logo no que a equipe penetra pelo interior, percebem-se comentários de cunho racista: “todos estes horríveis negros com as suas caras de bandidos, já me fizeram perder! Só são bons para o lixo, de tal maneira cheiram mal!” (Haggard, 1976: 59). Um dos indicadores do caminho é encontrado rapidamente: um gigantesco rochedo com a forma de uma cabeça negra, de caráter “terrível, mesmo infernal” (:65). Semelhante às montanhas denominadas de Seios de Sabá nas *Minas*, esse acidente geográfico serve além de principal elemento orientador da expedição, como ligação simbólica entre a

natureza selvagem do espaço africano e a civilização perdida. Mais adiante, os expedicionários encontram diversos vestígios ruínísticos, como restos de cais, grandes blocos, muros, todos ao redor de um pântano. Para o leitor, todo o espaço selvagem do continente negro é elaborado como tendo portado uma rica e complexa história totalmente esquecida: “Uma região como a África abunda em ruínas de cidades há longo tempo mortas e olvidadas (...) É possível que uma outra das tribos judias tenha fundado colônias e portos nesta região” (:69). Logo, os aventureiros acabam por serem capturados por nativos claros (os amahagger), portando lanças e equipamentos antigos, que os levam ao reino de *A-que-deve-ser-obedecida*, a rainha Ayesha. Sua cidade ficava situada em uma região montanhosa e bem elevada – uma representação bem tradicional no imaginário, se levarmos em conta as anteriores descrições do reino de Prestes João. O nome do local, *Kôr*, foi copiado por Haggard de uma cidade da Alta Núbia (Sudão), construída pela civilização nubita.

Elaborada como uma espécie de utopia, o reino de Ayesha constitui uma verdadeira cápsula do tempo, onde os costumes, sociedade e até as vestimentas e cotidiano são totalmente semelhantes aos verificados na Antiguidade. Isso remete a uma extrema idealização do passado, onde as grandes civilizações são o modelo de sociedades perfeitas, e todas as suas qualidades morais ainda sobrevivem nesta urbe perdida nos confins da África. Isto é bem evidente em uma série de diálogos filosóficos entre a rainha Ayesha e Holly. Dos egípcios, hebreus, persas até aos gregos, as sociedades desaparecidas são exaltadas em vários aspectos, e o monoteísmo, a religião instaurada pelos hebreus, é também adotada no reino de *Kôr*. O paganismo e a magia aparece de forma muito velada neste romance com a descrição de um fogo sagrado, que mantém a juventude da rainha, com muitos séculos de idade. A imagem de Ayesha fascinou além dos leitores vitorianos, muitos acadêmicos como Freud e Jung, sendo uma espécie de arquétipo da imagem feminina – sedutora, selvagem, mágica e inacessível.

O clímax do romance, dentro dos nossos referenciais, é a visita da parte abandonada do reino: “começamos a distinguir as ruínas da grande cidade. Mesmo à distância pareciam maravilhosas” (:252). O fascínio das ruínas foi algo reforçado no Setecentos, especialmente após a descoberta das cidades de Pompéia e Herculano. Lembranças de épocas passadas, reforçadoras da melancolia humana perante o tempo, a morte e a destruição. “(...) vimos rutilar milhares de ruínas: colunas, templos, santuários, palácios, tudo isso salpicado de sarças verdes.” (:253). O fragmento arquitetônico funciona como uma espécie de reforçador da memória (perante a História) e sua junção a ervas ou arbustos é um símbolo do domínio da natureza sobre a obra humana.^{xxi} Um dos momentos mais interessantes do romance, a visita ao templo numa noite de lua cheia, é uma das mais espetaculares descrições ruínísticas da literatura:

A Lua punha reflexos nos pilares, nos pátios, nas superfícies das paredes, ocultando-lhes as feridas e as imperfeições sob a brancura leitosa, revestindo-as da singular majestade da noite. O espetáculo era com efeito prodigioso, e prodigioso o pensamento destes milhares de anos em que o astro morto e a cidade morta se tinham contemplado, projectando de um para outro, na solidão absoluta do espaço, a narração imutável da sua vida perdida, da sua glória extinta (...) A luminosidade enfraquecida e a sombra apoderava-se de outros pátios

cobertos de erva, deslizando como o espectro dos sacerdotes de outrora. E na nossa própria alma julgávamos ouvir os gritos de um exército, recordando a pompa e o esplendor que a tumba devorara e que a memória esquecera (:256).

Como em várias outras obras, o desfecho do romance acontece com a fuga dos aventureiros da cidade perdida e a sua volta para a civilização contemporânea. Esse recurso sugere que os dois locais não podem ser compatíveis, como se o passado perdido não pudesse conviver com a realidade de que já está morto e encerrado. Isto pode ser vislumbrado tanto na imagem de Ayesha – uma jovem com centenas de anos – ou pelo fato de nenhum dos expedicionários ficar na cidade ao fim da aventura.

Em 1887 Haggard publicou outra aventura de *Allan Quatermain*,^{xxii} que sintetiza os romances *As minas do rei Salomão* e *She*. Desta vez, o intrépido caçador aventura-se pela mesma região da África Oriental, encontrando uma outra cidade perdida – *Milosis* - habitada por uma raça de brancos chamado povo Zu-vendi. Descrito pelo autor como um país do ouro, novamente situado em altas montanhas (próximo ao monte Kenia) e praticamente inacessível. Apesar de comparar sua arquitetura com a dos egípcios e persas, acaba por declinar para uma origem objetivamente fenícia, especialmente na descrição de um alfabeto deste povo.

Na virada dos séculos, em 1900, o escritor britânico realizou sua última incursão na temática, com o romance *Elissa or the Doom of Zimbabwe*. Desta vez, não ocorrem heróis europeus na trama, nem mesmo negros africanos, pois a história transcorre durante a Antiguidade, na cidade de Zimboe, África Austral, “nas ruínas abandonadas conhecidas hoje como Zimbabwe” (Haggard, 2005).^{xxiii} Trata-se do único momento em que o autor trata diretamente uma cidade perdida com a matriz original africana, inclusive, tratando ela como sendo “a dourada Ofir da Bíblia”, erigida pelos fenícios. Mas não somente cananeus freqüentavam o local, como também egípcios, gregos e hebreus, ou seja, os grandes povos do passado. As relações comerciais por meio de rotas de caravana são extremamente destacadas. Uma profusão de nomes de pessoas, localidades geográficas e cidades históricas do Mediterrâneo e Oriente, garantem uma inclusão de Zimboe na História ocidental, e em última instância, um passado branco e civilizado no interior africano, ao menos para o imaginário dos leitores britânicos. Também a descrição pormenorizada de cultos de origem cananita em plena África Austral garante essa transferência de espaços geográficos e temporais. Mais uma vez, a personagem central é uma mulher, a sacerdotisa Elissa, e assim como Aleshya, o escritor de certa maneira inspirou-se no modelo da rainha Cleópatra, a mulher mais famosa da História. Magia, sedução e mistérios religiosos se unem para criar um clima fantástico, especialmente nos momentos de conflitos entre os sacerdotes, questões envolvendo adoração de divindades cananéias e disputas dinásticas.

Assim chegamos no momento de analisar o contexto geral das obras de Haggard. Como todos os romances europeus oitocentistas, os seus livros podem ser considerados artefatos culturais da sociedade burguesa e reforçadores do imperialismo: “O herói e a heroína de romance mostram a energia e o vigor infalível característicos da burguesia empreendedora, e lhes são permitidas

aventuras em que suas experiências lhes revelam os limites daquilo a que podem aspirar” (Said, 1995: 109). Ao mesmo tempo as narrativas de Haggard constroem um discurso sobre o espaço geográfico exterior à Europa, reforçando a idéia de que o exótico, o estranho, podem enfim, ter elementos de familiaridade – no caso, de que o passado africano contém uma história de povos brancos. A posse contemporânea destas localidades é algo explícito, constituindo mesmo uma norma que deve ser preservada, assim como o enriquecimento e a colonização. Especialmente com o romance *Elissa*, percebemos a idéia de que os europeus possuem uma *autoridade* sobre o espaço africano, justamente pela existência de um antigo povoamento fenício, justificando a sua posse na época que o livro foi lançado e lido. Na falta de uma documentação concreta para afirmar que as ruínas de Zimbabwe foram feitas pelos brancos, a literatura apresentou essa História alternativa (com Zimboe, a cidade de ouro):

O romance, assim, é uma narrativa concretamente histórica que se modela pela história real de nações reais (...). A apropriação da história, a historicização do passado, a narrativização da sociedade, que dão força ao romance, incluem a acumulação e diferenciação do espaço social, espaço a ser usado para finalidades sociais (Said, 1995: 117-118).

A publicação dos romances arqueológicos de Rider Haggard, de 1885 a 1900, coincidem com a polêmica das origens de Zimbabwe, a exploração desta região em busca de ouro e o interesse geopolítico britânico na África Meridional.^{xxiv} Como reforçador da legitimidade de uma presença e exploração branca no continente negro, seus romances continuaram a ter influência considerável até o fim do euroimperialismo.^{xxv}

Arqueologia e euroimperialismo em Zimbabwe

Em 1890 o norte da atual Zimbabwe, chamado de Mashonaland, e a vizinha Matabeleland, são ocupadas pela empresa British South Africa Company (BSA), liderada por Cecil Rhodes, com o intuito de explorar os recursos mineralógicos da região. Um ano depois, Rhodes é encarregado do ministério da cidade do Cabo e a região denominada de Rodésia, nome utilizado até pouco tempo. As ruínas de Zimbabwe passam a constituir um símbolo da antiga presença branca e a legitimar sua posse nesta época. Rhodes auxiliou a criação de uma instituição científica, com o intuito de obter mais evidências que apoiem a concepção racista de ocupação. Com o nome de British Association for the Advancement of Science (BAAS), ela financiou a primeira escavação arqueológica nas ruínas. O encarregado destas pesquisas foi o antiquário e colecionador J. Theodore Bent, em 1891. Apesar de encontrar evidências de ocupação bantu com poucos séculos de idade, as suas hipóteses estavam intimamente relacionadas com o imaginário racista promulgado por Cecil Rhodes, e em 1892 publicou *The ruined cities of Mashonaland*.

Totalmente convicto das idéias de que os africanos não poderiam ter erigido monumentos sofisticados na África, Bent perpetuou a idéia de que os fenícios erigiram as enigmáticas construções

da Rodésia em tempos bíblicos, resgatando as minas de Salomão e a rainha de Sabá – uma idéia que também tinha grande apelo aos africânders estabelecidos no Transvaal, seguidores do calvinismo. Bent estipulou a idade dos vestígios entre 1000 a 2000 antes de Cristo, baseado em fantasiosas orientações astronômicas de algumas construções do local (Trigger, 2004: 128). Também as ilustrações de sua obra auxiliam na legitimação deste passado idealizado. A figura da capa do livro representa a mais enigmática construção de Zimbabwe, a torre cônica, maciça e sem qualquer entrada,^{xxvi} em meio a vários arbustos e ramos da floresta. Segundo os defensores da origem bíblico-oriental, ela lembraria as torres fálicas encontradas em várias cidades e portos fenícios. Outra ilustração do livro de Bent, “Caminho da Acrópole”, representa um africano nativo percorrendo as ruínas do complexo situado na base de grandes rochedos, num tom branco e preto misterioso. Com os braços cruzados e um olhar de perplexidade e mesmo de diminuição perante o grandioso monumento, percebe-se implicitamente a descaracterização dos africanos como legítimos autores da cidade perdida.

Em 1895 foi fundada a Rhodesia Ancient Ruins Limited, que obteve licença para pesquisar os sítios arquitetônicos de Matabeleland. Mas na realidade, dentro do espírito colonialista de exploração do continente, foram realizadas pilhagens de túmulos em busca de ouro e riquezas, sendo suspensas todas as atividades em 1901 (Trigger, 2004: 128).^{xxvii} Tentando estabelecer alguma credibilidade aos saques, um dos responsáveis pelo vandalismo, W. Neil, juntamente com o jornalista local Richard Nicklin Hall publicaram *The Ancient ruins of Rhodesia*, 1902. Além de dar continuidade as teorias desenvolvidas por Karl Mauch e Theodore Bent, os autores utilizaram reflexões típicas do difusionismo^{xxviii} oitocentista e a todo momento recorrem à técnica da comparação morfológica e tipológica dos vestígios encontrados. Assim, as imagens de pássaros confeccionados em pedrasabão^{xxix} encontradas em Zimbabwe passam a ser símbolos do zodíaco, e mais ainda, a representações de um suposto culto a Vênus ou a deusa Astarte, enquanto as ornamentações em forma de rosetas destes bastões passam a ser signos do Sol; a torre cônica volta a ser considerada um centro de adoração fálica. Enfim, toda a estrutura arquitetônica quanto os objetos materiais fornecidos pelo sítio são comparados aos conhecidos no Oriente, sempre apontando para uma filiação ou origem fenícia.

Posteriormente à publicação de seu livro, a Companhia Britânica da África Meridional designou Richard Hall como curador da Grande Zimbabwe. Seu primeiro trabalho foi remover os depósitos geológicos que contivessem vestígios nativos, com a desculpa de estar “limpando a sujeira e a decadência da ocupação Kaffri” (Apud: Trigger, 2004: 128). Grande quantidade de críticas foram feitas para a obra de Hall, ocasionando sua demissão em 1904. A British Association for the Advancement of Science, com financiamento da Rhodes Trustees, convidou o arqueólogo profissional David Randall-Maclver em 1905-1906 para estudar o Grande Zimbabwe e outras ruínas da Rodésia (como Kami e Inyanga, Trigger, 2004: 130). Com grande experiência em escavações egípcias, inclusive tendo trabalhado com o famoso Flinders Petrie, Randall-Maclver efetuou a primeira análise

estatigráfica no local, tendo concluído que sem sombra de dúvida, tratava-se de monumentos construídos pelos africanos durante a Idade Média.

Os representantes dos brancos sul-africanos, obviamente, não gostaram dos resultados das pesquisas de Randall-Maclver, apoiando um segundo livro do jornalista Richard Hall. Em *Prehistoric Rhodesia*, 1909, Hall volta a defender a origem fenícia, sendo Zimbabwe uma antiga colônia perdida. O jornalista definiu três estilos arquitetônicos que demonstrariam a degeneração das muradas do recinto elíptico, um erro corrigido recentemente pelos arqueólogos.^{xxx} Num tom racista mais explícito, os africanos são considerados uma degeneração dos primeiros povoadores brancos, vindos do Oriente, motivados por uma “súbita paralisação da inteligência” (Trigger, 2004: 130).

A continuidade das teses eurocêntricas, racistas e colonialistas não afetou a comunidade arqueológica internacional, que apoiando Maclver e tendo a mesma Rhodes Trustees como patrocinadora, apoiou a vinda de outra egiptóloga, Gertrude Caton-Thompson, em 1929. Com uma metodologia pioneira, inclusive chefiando a primeira expedição totalmente composta somente por mulheres – além da utilização de aviões para reconhecimento total do sítio – Thompson publicou em 1931 seu livro *The Zimbabwe culture: ruins e reactions*. A origem dos sítios é novamente confirmada para os africanos, tendo os artefatos e outros indícios apontado para uma filiação com o povo Shona/Bantu (Morin, 1992a).

Apesar da tendência acadêmica em considerar os monumentos como sendo de culturas nativas, o governo da Rodésia insistia em ver eles como produtos de civilizações brancas. De 1965 a 1980, sob o governo do primeiro ministro Ian Smith, primeiro sob a forma de colônia da Inglaterra e depois como país independente, Zimbabwe passou a ser um símbolo da dominação não negra na Rodésia do Sul: “aos colonos brancos, que eram menos de dez por cento da população, essas alegações serviam para depreciar o talento e as realizações passados dos africanos e justificar a dominação dos europeus no país” (Trigger, 2004: 130). O inspetor de monumentos da região, Peter Garlake, demitiu-se em 1971, contra uma ordem do governo Smith que proibia qualquer registro oficial de que o Grande Zimbabwe tivesse sido edificado pelos negros. Os guias impressos e folhetos para turistas, realizados por Thomas Huffman nos anos 1970, mantém o mito colonialista de quase 100 anos – na capa de um dos guias de nome *The riddle of Rhodesia*, a mais famosa edificação das ruínas é destacada (a torre cônica), em cujo centro surge a figura fantasmagórica de um egípcio ou fenício, estendendo as mãos para baixo. Em primeiro plano e em posição de reverência, aparece um negro ajoelhado entregando um recipiente para a figura central. Ao lado do guia, o famoso pássaro de pedra-sabão é destacado, também um importante elemento da origem branco-oriental para os ideólogos colonialistas.

Em 1980, as ruínas passaram a ser estudadas, preservadas e equacionadas em termos de uma nacionalidade africana, inclusive dando nome ao país recém independente, Zimbabwe. Mas o imaginário persiste em conceder aos mitos colonialistas uma vida além da ciência. Seja na forma de estudos de tendência popular e amadora (“esta foi provavelmente uma das minas do rei Salomão”

Andrade, 1972: 40; “sobre as ruínas de Zimbabwe, sem que nenhum dado concreto – além dos próprios muros, torres e corredores – tenha desvendado o mistério de sua origem” Camp, 1983: 66; “Quem teria construído o Grande Zimbabwe, e por que razões, ainda permanece um mistério” Hicks, 1993: 68) ou séries de televisão (“para quem foi construído ou a cidade como um todo, continua um completo mistério. Não existem relíquias de seus construtores ou de seus habitantes. Nem mesmo uma lenda nativa. Talvez um dia o mistério seja esclarecido” Roemmele, 1996), a idéia de enigma reforça a continuidade de que a África negra não foi a originadora de seus magníficos monumentos em pedra. Mesmo com a sofisticação das pesquisas científicas, o imaginário concede perpetuação para as formas estereotipadas de se conceber o passado alternativo. Assim, durante os anos 1990, foi construído na África do Sul um complexo turístico e de recreação que consegue aplacar a imensa ânsia dos europeus e seus descendentes em encontrar uma civilização branca no continente negro. Denominada de *Palace of the Lost City*, é um milionário conjunto de templos, palácios, colunas derrocadas em meio a estátuas de elefantes e monumentos, lembrando as imagens das cidades perdidas de Opar, Kôr, Zimboe, Milosis, Ofir e tantas outras criadas ao sabor dos séculos. A imaginação sempre será um poderoso compensador para a História, ao menos para o passado considerado ideal, mas que não é concretizado pela ciência.

Fontes

BARROS, João de. *Ásia: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquistas dos mares e terras do Oriente, 1552. Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BURROUGHS, Edgar Rice. The return of Tarzan, 1914. *Project Gutenberg*, 2005. <http://www-2.csmu.edu/People/rgs/tar2-ftitle.html>

_____. Tarzan and the jewels of Opar, 1916. *Project Gutenberg*, 2005. <http://www-2.csmu.edu/People/rgs/tar5-ftitle.html>

HAGGARD, Henry Rider. *As minas do rei Salomão*, 1885. Tradução de Eça de Queiroz. São Paulo: Ediouro, s.d.

_____. *She*, 1887. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

_____. *A volta de Ella*, 1905. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

_____. *Aventuras de Allan Quatermain*, 1887. São Paulo: Editora Vecchi, s.d.

_____. Elissa or the Doom of Zimbabwe, 1900. *Project Gutenberg*, 2005.

<http://www.readbookonline.net/title/850/>

HALL, R. N. & NEAL, W. G. The ancient ruins of Rhodesia, 1904. *Phoenicia.org*, 2005. <http://phoenicia.org/zimbabwe.html>

MENEZES, M. O mistério das pedras, *Jim das Selvas* n. 29, Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora Ltda, 1966.

Videografia

BUCHER, Amy (dir.). *Núbia, um reino esquecido*. New York: Discovery Channel, 2003. Documentário, VHS: 45 min.

CHRISTOPHE, François (dir.) *C'Etait moi, Tarzan...* Bélgica, La sept arte/RTBF, 1996. Documentário, VHS: 45 min.

DUGAN, David (dir.). *Africa: a History Denied* (Série: Lost Civilizations). New York: Times Life INC, 1995. Documentário, VHS: 45 min.

MORIN, Bertrand (dir.). *The lost city of Zimbabwe* (Série: Archaeology). New York: Arkios Productions, 1992a. Documentário, VHS: 20 min.

_____. *Who was Cleopatra?* (Série: Archaeology). New York: Arkios Productions, 1992b. Documentário, VHS: 20 min.

ROEMMELE, Peter (ed.). *Lost cities*. London: Nugus/Martin Productions Ltda, 1996. Documentário, VHS: 45 min.

Bibliografia

ABREU, Aurélio M. G. de. *Zimbabwe: encruzilhada de civilizações*. *Planeta* n. 148-A, Editora Três, 1985.

AFRICAMAAT. *Dénoncer le racisme archéologique en terre africaine*. 2004, http://www.africamaat.com/article.php3?id_article=86

AGUILAR, José. *História da cartografia*. Buenos Aires/Rio de Janeiro: Codex, 1967.

ANDRADE, Roberto Pereira de & LISBOA, Luis Carlos. *As minas do rei Salomão*. In: _____ *Grandes enigmas da humanidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

AMPIM, Manu. *Great Zimbabwe: a history almost forgotten*, 2004. <http://manuampim.com/ZIMBABWE.html>

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einauldi*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

BAHN, Paul G. (ed.). *Great Zimbabwe*. In: _____ *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press, 1996.

BAINES, John & MÁLEK, Jaromír. *Núbia/Alta Núbia*. In: *O mundo egípcio: deuses, templos e faraós*. Madrid: Del Prado, 1996.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *O surgimento dos Estados na África de 900 a 1500*. In: *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Publifolha, 1995.

BLUMBERG, André (dir.). *As pirâmides de Napata e Meroé*. In: *Egitomania: o fascinante mundo do Egito Antigo*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2001.

CAMP, Sprague de & LYON. *Zimbabwe: mistério no coração da África*. *Planeta* n. 128-A, Editora

Três, 1983.

CARNAC, Pierre. O verdadeiro segredo do rei Salomão. In: _____ *A Atlântida de Cristovão Colombo*. São Paulo: Difel, 1978.

CARPENTER, Rhys. Para além das colunas de Hércules: Hanão e Píteas. In: *Os grandes exploradores de todos os tempos*. Lisboa: Ambar, 1980.

CHILDRESS, David Hatcher. *Cidades perdidas da África e Arábia*. São Paulo: Siciliano, 1989.

FAGAN, Brian. *África austral*. Lisboa: Editorial Verbo, 1970.

FRANCO JR., Hilário. A construção de uma utopia: o império de Preste João. In: _____ *A Eva barbada: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e imaginário. *Signum* (ABREM), n. 5, 2003.

HERM, Gerhard. *A civilização dos fenícios*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.

HICKS, Jim (ed.). Monarquias místicas. In: _____ *Terras e povos misteriosos*. São Paulo: Abril Livros/Time Life, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol. I e II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

LANGER, Johnni. Mitos arqueológicos e poder. *Clio – Série Arqueológica*. Recife, UFPE, v. 1, n. 12, 1997a.

_____. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná, 1997b.

_____. *Ruínas e mito: a Arqueologia no Brasil Império*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da UFPR. Curitiba, 2001.

_____. Signos petrificados e civilização: a inscrição fenícia da Paraíba e outras questões arqueológicas no Brasil Império. *Pós-História*, Unesp-Franca, n. 10, 2002.

LE GOFF, Jacques. Maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LEY, Willy & DE CAMP, Sprague. O país de Preste João. In: _____ *Da Atlântida ao Eldorado*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

MANGUEL, Alberto & GUADALUPI, Gianni. *The dictionary of imaginary places*. London/New York: Harvest Book, 1987.

MCINTOSH, Roderick J. Riddle of great Zimbabwe. *Archaeology*, vol. 51, n. 4, july/august 1998.

MCNAUGHTON, David. Ancient zimbabwean civilization. *Fortunecity*, 2005.
www.fortunecity.com/meltingpot/melwood/368/anczimb.html

MILANI, Mino. *A miragem de Tombuctu*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

MURRAY, Jocelyn. *África: o despertar de um continente*. Vol. I e II. Madrid: Del Prado, 1997.

NDORO, Webber. Grande Zimbábue. *Scientific American* n. 10, 2005.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

RICHARDS. Olufemi. *African architecture*, 2005.

http://www.umass.edu/atroam/aa254_t5.html

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

TOUCHARD, Michel-Claude. Salomão na Rodésia. In: _____ *A Arqueologia misteriosa*. Lisboa: Edições 70, 1978.

TRIGGER, Bruce G. Arqueologia racista na África. In: _____ *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

TYSON, Peter. Mystery of great Zimbabwe. *Nova Online*, 2005.

<http://www.pbs.org/wgbh/nova/israel/zimbabwe.html>

WESTWOOD, Jennifer. Grande Zimbabué: centro de comércio africano. In: _____ *Lugares misteriosos*, vol. II. Madrid: Del Prado, 1995.

WILSON, Colin. Grande Zimbábue. In: _____ *Atlas dos lugares sagrados*. São Paulo: Editora Três, s.d.

Notas

ⁱ Apesar de adotarmos muitas das idéias do medievalista brasileiro prof. Dr. Hilário Franco Jr. (USP), não seguimos sua concepção de que os imaginários sociais não podem ser controlados ou manipulados (Franco Jr., 2003: 112), ao contrário do que afirma o teórico Bronislaw Baczko: “qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder (...) é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva” (Baczko, 1984: 324). Também o historiador francês Jacques Le Goff admite a manipulação do imaginário: “a manipulação de maravilhas pode servir às ambições e imaginações políticas (Le Goff, 2002: 118).

ⁱⁱ Esse modelo totalmente imaginário de conceber os habitantes da África vai permanecer quase inalterado até o mundo contemporâneo. No final do Setecentos, o explorador britânico Peter Kolb (*The presence state of the Cape of Good Hope, 1731*) praticamente utilizou a mesma imagem para descrever os moradores da África do Sul, ou seja, estes nasceriam brancos e mudariam para negros na vida adulta (Pratt, 1999: 84). Um forma eurocêntrica de entender os nativos, com fins de exaltar a própria cultura cujo olhar prepondera nas narrativas.

ⁱⁱⁱ O início do mito é no século XII, onde começou a circular pela Europa uma suposta carta escrita entre o Preste (“presbítero”, título adotado para sacerdotes ou anciões) João ao imperador bizantino Manuel Commeno (ou o imperador romano-germânico Frederico Barba Ruiva). Durante o século XV, tanto o papa quanto o rei português D. João II enviaram expedições de busca ao mítico reino (Franco Jr., 1996: 90). Como as explorações sistemáticas pela Ásia não revelaram a existência do reino perdido, os europeus iniciaram sua busca pela África (Hicks, 1993: 66-67).

^{iv} Outras representações cartográficas portuguesas e italianas do reino de Prestes João são: *Carta de Maciá de Viladestes* (1413); *Globo de Martin Behaim* (1492) – o rei-sacerdote é ilustrado sentado num trono ao sul do Sudão, ao lado do reino de Sabá. Em sua frente aparece um súdito ajoelhando-se; *Atlas Portulano de Juan Ortiz* (1501), com uma representação do monarca sem barbas e muito jovem, segurando um cetro de ouro em forma de cruz, acima da inscrição Lopreti-Ianni; *Carta portulano de Giacomo Russo* (1520), representado na forma tradicional, segurando um cetro e sentado num trono; *Mapa xilográfico de Munster* (1540) – com a legenda “Hamarich Sedes Prete Johan”; *Carta do Atlântico de Vesconte Maggiolo*, projeção invertida da África, com uma pintura incomum do rei, defronte a uma tenda vermelha. Ressaltamos que a produção cartográfica do mesmo período (século XV-XVI), mas realizada por outras nacionalidades, como a flamenga, a citação deste reino imaginário é praticamente ausente (exemplo: Mercator, Ortélio, Visscher, Jansz). Se por um lado, a menção a localidades imaginárias africanas é ausente da cartografia holandesa, ela ainda propaga regiões fantásticas sul-americanas, como o lago Parimá e o Eldorado (conf. Langer, 1997b: 44-50).

^v Segundo alguns pesquisadores, a associação do rei Preste João com a África, viria de suas riquezas (ouro, incenso, mirra), identificadas aos reis magos, especialmente Baltasar, de cor negra. Outras associações afirmavam que Preste João descendia diretamente dos magos. Também existiu a atribuição do rei-sacerdote como o último guardião do Graal, ou seja, vinculando claramente este reino como sendo de extrema fartura e abundância, como ainda à fonte da juventude, que permitiu ao rei governar com saúde e sabedoria, apesar de seus 600 anos. Enfim, a idéia do reino de Preste João era totalmente paradisíaca. (Franco Jr., 1996: 93, 103, 105).

^{vi} Segundo o imaginário europeu, o império de Prestes João abrangia 72 reis e 72 povos, algo considerável para os padrões políticos do período (Franco Jr., 1996: 95).

^{vii} *Zimbábue*: Sítio arqueológico do Zimbábue, a cerca de 25 km de Fort Victoria. O conjunto de construções monumentais, de peças de granito cuidadosamente talhadas, compreende uma acrópole fortificada e um vasto recinto elíptico, cujos muros alcançam 9m de altura e 4,5m de espessura. Nas redondezas foram encontradas minas pré-históricas de cobre, assim como minas de ouro, que estiveram desde o século X na origem de um ativo comércio com os árabes. O principal edifício do sítio é o

palácio real, uma construção elíptica que compreende uma muralha exterior e uma torre cônica. As edificações foram construídas para serem sedes religiosas e políticas de reis, formadas por palácios com recintos e muralhas. Foram construídas pelos antepassados do povo Shona (do grupo linguístico Bantu), entre os séculos XI e XV. Depois desta data o rei abandonou a região. Os principais motivos deste abandono, segundo as recentes pesquisas, foram o esgotamento dos recursos naturais e de subsistência da região. Zimbabwe foi a capital do reino de *Monomotapa*, um centro desenvolvido e próspero, que estabeleceu laços comerciais com os Suailis, os árabes da costa oriental africana, a Índia e a China. Assim, o ouro de Monomotapa chegava ao mundo muçulmano depois de transportado pelo vale do Zambeze até Sofala e Quíloa. Mais tarde, Zimbabwe foi abandonada pelo rei de Monomotapa, que fundou uma nova capital na orla setentrional do planalto rodesiano. Conf. Murray, 1997: 50-51; Barraclough, 1995: 134. Para maiores detalhes arqueológicos, arquitetônicos e de cultura material do sítio de Zimbabwe, consultar Fagan, 1970: 107-119.

^{viii} As primeiras informações do reino de Monomotapa e das ruínas de Zimbabwe devem ter sido obtidas durante a expedição de Fernão Gomes em 1469-1475 (de Sagres para o Oriente via Mediterrâneo-Mar Vermelho), que chegou até a cidade de Sofala, no sudeste africano. Esta cidade costeira era o entreposto comercial de Zimbabwe para o mundo árabe e asiático. Conf. Barraclough, 1995: 162. “Os comerciantes árabes que viviam ao longo da costa leste da África contavam aos aventureiros europeus histórias emocionantes de um grande reino insular cercado de imensas fortalezas de pedra, para proteger antigas minas de ouro”. Hicks, 1993: 67. Sofala também foi identificada com Ofir na obra de vários intelectuais.

^{ix} Somente duas civilizações africanas produziram escrita autóctone (sem interferência Ocidental ou Oriental/Asiática): a do Egito e a da Núbia, esta última até hoje indecifráda (Buchner, 2003).

^x A *imagem ruínística* é um conjunto de representações do imaginário ocidental, envolvendo simbolismos relacionados a cidades perdidas, templos, palácios, casas abandonadas, enfim, a estruturas arquitetônicas de uma forma geral.: “A ruína é um exemplo do referencial histórico e psicológico perante o tempo, a natureza e a cultura, que assume um significado específico tanto em seu conteúdo quanto em representação. Apesar de não merecer importância na Antiguidade, as raras referências da imagem de ruínas denotaram seu aspecto melancólico e nostálgico acerca das antigas realizações humanas. Sua proliferação no Ocidente ocorreu a partir do período barroco. Durante o século XVIII o interesse pela arte clássica, somada o levantamento sistemático dos antiquários, despertou uma nova atenção pelos vestígios históricos”. Langer, 1997b: 74.

^{xi} Podemos perceber a importância da relação entre escrita e ruínística para o imaginário, no relato da mais famosa cidade perdida do Brasil, supostamente encontrada na Bahia em 1754 e descrita no manuscrito 512 (*Relação histórica de uma oculta e grande povoação*, Biblioteca Nacional). Logo na descoberta do sítio, bandeirantes portugueses avistam inscrições no arco de entrada e em diversos pontos da cidade, como na base de estátuas e praças. Conf. Langer, 1997b: 53-81. O suposto encontro de inscrições por todo o Brasil, do século XVII até o XX, que poderiam ter sido originados por povos fenícios ou Vikings, também atesta a importância da imagem de um passado alternativo para nossa história, onde a civilização ocidental teria deixado marcas muito mais grandiosas que os rudimentares vestígios de arte rupestre. Conf. Langer, 2002.

^{xii} O norte delimitado pelas ruínas de Grande Zimbabwe, o sul pelas edificações de Mapungubwe, ambas na Rodésia, e o extremo leste pela cidade-porto de Sofala.

^{xiii} O mapa de John Senex possui várias informações fantasiosas, como a referência de canibais (denominados de “antropophages or men-eaters”) em quase toda a costa da África do Sul: Mumbos (Zâmbia), Muzimbas (Moçambique) e Cabonas (Botsuana). Alguns dados geográficos também são fantasiosos ou imprecisos: “O mapa de 1720 de John Senex representa uma etapa de transição, no sentido de que já se dispunha de uma grande quantidade de informação pormenorizada que vai aumentando dia após dia, embora as fábulas continuem a ser aceites” (Murray, 1997: 64).

^{xiv} A cidade do Cabo foi inicialmente estabelecida e povoada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (1652). Com o tempo, houve dispersão de colonos brancos para o interior e a cidade foi ocupada pelo Reino Unido em 1795. No século XIX ainda existiam povoados portugueses na região da África Meridional, subindo o vale do rio Zambeze até Zumbo (Moçambique), bem próximos das ruínas do Grande Zimbabwe (Barraclough, 1995: 163).

^{xv} A palavra Zimbabwe vem do povo Shona da região e significa *dzimba dza mabwe* (casas de pedra) ou *dzimba woye* (casas de veneração). Conf. Richards, 2005.

^{xvi} Mitos arqueológicos sempre foram relacionados com uma característica advinda do maravilhoso, o princípio da *incerteza*. Fonte inesgotável de representações frente ao desconhecido, a incerteza estabeleceu alguns parâmetros de longevidade para manifestações imaginárias do homem. No caso específico da fraude fenícia, desencadeou formas mais antigas, constantes nas imagens do passado.

^{xvii} Trata-se do famoso episódio da pedra da Paraíba. Em 1872 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu uma carta com a cópia de uma inscrição, supostamente encontrada no interior do Brasil. Encaminhada ao diretor do Museu Nacional deste período, Ladislau Netto, o mesmo acreditou serem de origem fenícia, divulgando a mesma para periódicos e jornais de todo o mundo. Mesmo o famoso feniciólogo Ernest Renan foi envolvido, até finalmente ela ser considerada uma fraude em 1885. Conf. Langer, 2002.

^{xviii} O livro foi filmado várias vezes: 1937, dirigido por Robert Stevenson; 1950, dirigido por Compbott Bennett e estrelado por Stewart Granger e Deborah Kerr – considerado pelos críticos e historiadores a melhor e mais fiel adaptação do romance; 1985, dirigido por J. Lee Thompson, estrelado por Richard Chamberlain e Sharon Stone, a produção mais fraca de todas; 2004, dirigido por Stevem Boyum, estrelado por Patrick Swayze

^{xix} O imaginário ocidental fundiu diversas representações até a forma definitiva do arqueólogo: em primeiro lugar, a do buscador/descobridor de cidades perdidas, como Henrich Schliemann (Tróia, 1871), Burckhardt (Petra), Caillé (Timbuctu), Hiram Bingman (Machu Picchu, 1914), Gene Savoy (Gran Pajaten, 1960). Em segundo a do caçador de tesouros, inspirado tanto em personagens reais (como Karl Mauch, Zimbabwe, 1871) como em personagens literários. A fusão destes dois modelos originou a representação contemporânea do arqueólogo, especialmente no cinema e nos quadrinhos: o personagem do ator Charlton Heston no filme *O tesouro dos Incas* (1956) e a série *Indiana Jones* (1982).

^{xx} A novela *She* foi filmada respectivamente em: 1911, dirigido por George Nichols e estrelado por Marguerite Snows; 1935, com direção de Lansing Holden e estrelado por Randolph Scott e Helen Gahagan; 1965, dirigido por Robert Day e estrelado por Ursula Andress, Peter Cushing e Christopher Lee – considerada a melhor e mais fiel versão fílmica;

^{xxi} A imagem da floresta encontrava-se solidificada no imaginário europeu há muitos séculos. Durante o Oitocentos se consolidou no imaginário ocidental, a fusão entre a imagem da floresta com vestígios de cidades perdidas. Isso se deve, além das descobertas de cidades dos Maias durante o Oitocentos, os estupendos encontros de Borobudur em Java (1815), Angkor Vat no Camboja (1858) e Zimbawe na África (1871). Criou-se uma nova forma de representação das ruínas. Antes as cidades perdidas apresentavam-se no imaginário imersas em uma paisagem geográfica propícia para criar um cenário intermediário entre o palácio e a rocha, ocasionando um profundo sentimento de melancolia. A arte européia tradicionalmente fundia a montanha e a rocha nos fragmentos arqueológicos, ocupando o verde apenas as vegetações rasteiras de pilares e colunas. Com as cidades perdidas Maias, porém, ocorreu um ocultamento quase total das ruínas. A floresta consome literalmente a obra humana, esquecida por culpa da natureza (Langer, 2001).

^{xxii} Em 1987 foi realizada uma adaptação cinematográfica deste livro, *Allan Quatermain e a cidade de ouro perdida*, dirigida por Gary Nelson e estrelado por Richard Chamberlain e Sharon Stone. Nitidamente influenciada pela série Indiana Jones, mas sem suas qualidades estéticas, o filme afasta-se muito da narrativa original de Haggard, além de perpetuar imagens totalmente fantasiosas, a exemplo do explorador sendo cozinhado em uma caldeirão dos nativos africanos. O cinema perpetuando estereótipos e reforçando o projeto euroimperialista.

^{xxiii} Como o texto original que tivemos acesso é proveniente da internet (*Project Gutenberg*), não podemos disponibilizar paginação nas referências do mesmo.

^{xxiv} Este período foi extremamente importante na definição do futuro geopolítico da África Meridional e Austral: 1885: conferência dos chefes de Estado em Berlim, que ficou conhecida como “Luta pela África”; 1886: descoberto ouro no Transval, África do sul; 1890: Cecil Rhodes ocupa Mashonaland e funda a Rhodesia, na região de Zimbabwe; 1895: Cecil Rhodes invade o Transval para derrubar o governo Bôer; 1899-1902: segunda guerra entre os ingleses e os Bôers; em 1900, a África do Sul, as Rodésias tornaram-se britânicas, Moçambique era possessão portuguesa, a África Oriental e o sudoeste africano eram alemães. Ki-Zerbo, 1972.

^{xxv} Outro escritor britânico importante para a popularização do imaginário de civilizações brancas perdidas na África é Edgar Rice Burroughs, com alguns romances da série Tarzan, especialmente *The return of Tarzan*, 1913, *Tarzan and the jewels of Opar*, 1916 e *Tarzan the invincible*, 1931. Nestes três livros, surge a cidade perdida de Opar, localizada na África Meridional, ainda habitada por pessoas brancas, com muitas jóias e ouro. Além do modelo de Ofir e seu reino de riquezas, Burroughs inspirou-se nos sucessos de Haggard, reforçando a legitimidade da conquista euroimperialista com a narrativa do único sobrevivente do naufrágio de uma família britânica nas costas africanas (criado pelos macacos e dominando tanto o meio ambiente quanto os “nativos selvagens”). Nos romances, a cidade de Opar é um entreposto da civilização da Atlântida, que se separou da pátria por que foi destruída – aqui Burroughs recupera outro mito milenar com características eurocêntricas. Para alguns especialistas, o fascínio de Opar perante o público europeu seria explicado por um choque extraordinário entre o passado idealizado e um presente encarnado por Tarzan (Christophe, 1996). O sucesso desta cidade perdida africana também seria encarnado em vários filmes (como *Tarzan and the valley of gold*, 1966; *Tarzan and the lost city*, 1998), histórias em quadrinhos de Harold Foster (1929 a 1937), Burne Hogarth (1937 a 1945), Russ Manning (1965 a 1970), e várias ilustrações de caráter fantástico de Harold Foster, Boris Vallejo e Neal Adams (principalmente em capas de reedições norte-americanas dos livros de Burroughs de 1970 a 1990).

^{xxvi} A torre cônica pertence ao conjunto de ruínas conhecido como Templo ou “Grande Recinto”, e “representa o feito técnico e arquitectónico mais notável dos construtores do recinto. As filas de pedra são niveladas e regulares e o cone é de extraordinária perfeição geométrica, o que indica grande perícia na sua construção. Desconhecemos o seu simbolismo” (Fagan, 1970: 116). Alguns pesquisadores recentes aventam a possibilidade de que a torre cônica simbolizaria o poder do Monomotapa perante seu povo (Dugan, 1995), algo bem mais coerente do que sua interpretação antiga como representação fálica.

^{xxvii} Segundo o arqueólogo Brian Fagan, no Grande Zimbabwe “é fora de dúvida que foram encontradas, pelos primeiros investigadores, sepulturas contendo ouro” (Fagan, 1970: 118).

^{xxviii} O *difusionismo* foi uma teoria arqueológica muito comum no Setecentos e Oitocentos, que creditava a origem de civilizações e etnias da América e África como produto de antigas migrações ou explorações de povos navegantes do Velho Mundo, principalmente os fenícios e Vikings, mas também a egípcios, cartagineses, hebreus, árabes, gregos e Celtas.

^{xxix} Ao todo foram recuperados 8 cilindros de pedra-sabão cujo topo apresenta figuras de pássaros. Atualmente acredita-se que eram objetos de culto entre os africanos. A mais bonita e elaborada destas esculturas foi encontrada entre o grande dique e a colina da fortaleza, e mostra um crocodilo a subir o bastão. A representação deste pássaro transformou-se no símbolo nacional do Zimbabwe. Conf. Westwood, 1995: 167.

^{xxx} Novos “estudos arquitetônicos cuidadosos revelaram que os muros alinhados e eretos em Zimbábue são mais recentes que os pequenos e ondulados, mas foram seguidos por muros feitos com pedras não alinhadas” (Trigger, 2004: 128).